

A HISTÓRIA REGIONAL NA SALA DE AULA: PRODUÇÃO E USOS DE LIVROS (PARA) DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Geraldo Magella de MENEZES NETO

MENEZES NETO, Geraldo Magella de **A História Regional na sala de aula: produção e usos de livros (para) didáticos de História da Amazônia no início do século XXI**. Projeto de investigação científica do Curso de História – Centro Universitário Fibra, Belém, 2017.

Os estudos sobre os livros didáticos de História são um campo importante dentro da historiografia do ensino de História no Brasil, tendo maior destaque a partir de 1980. Segundo Circe Bittencourt, nos anos 1980 e início dos 1990, “as análises sobre as produções didáticas de História recaíam, majoritariamente, nas denúncias do caráter ideológico de que era revestido o conjunto da literatura escolar”. Tais estudos, tendo como influência a obra de Marc Ferro -- *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação* -- procuravam a “identificação de uma falsa ideologia – a burguesa”, que se impunha na produção didática. (BITTENCOURT, 2011, p. 495). Podemos citar nessa linha de abordagem a obra

de Ana Lúcia de Faria, *Ideologia no livro didático*, na qual a autora, ao analisar as representações do “trabalho” nos livros didáticos, afirma que “o livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a cumprir: reproduzir a ideologia dominante”. Nos anos 1990, ocorre uma mudança de perspectiva. Munakata destaca que a tese de Circe Bittencourt, *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*, de 1993, torna-se um marco nas pesquisas sobre o livro didático, pois “representou o impulso inicial da vasta produção das décadas seguintes, na medida em que apresentou um conjunto de temas e abordagens que o objeto comportava para além da denúncia da ideologia” (MUNAKATA, 2012, p. 183). Circe Bittencourt aponta que os anos 1990 marcaram o crescimento de pesquisas sobre o ensino de História, que tomaram como um de seus vários enfoques a análise do livro didático. Os didáticos de História utilizados como fontes “passaram a ser analisados como instrumentos de efetivação dos programas curriculares e, em geral, eram submetidos a críticas severas na condição de veículo dos interesses do poder do Estado” (BITTENCOURT, 2011, p. 500). Podemos citar nessa linha a tese de Kazumi Munakata, que estuda a produção

de livros didáticos e paradidáticos no Brasil, a partir das grandes editoras. O trabalho de Munakata, cujo objetivo é o de “propor um roteiro de análise do processo de produção desse objeto-mercadoria, tão presente na vida escolar brasileira” Munakata (1997, p. 13), tem o mérito de ouvir os personagens que fazem parte da produção, como editores, autores, revisores, etc., o que nos leva a conhecer os “bastidores” da produção do livro didático. Soma-se a isso, o fato de Munakata demonstrar a importância do Estado como cliente preferencial das editoras, sobretudo a partir da implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985, no qual o Estado brasileiro se compromete a adquirir obras didáticas para distribuição nas escolas públicas. Circe Bittencourt aponta o crescimento das pesquisas na primeira década do século XXI à vinculação à atuação das políticas públicas educacionais no país, a exemplo das avaliações realizadas pelo PNLD. As pesquisas problematizam “as relações entre Estado, editoras e público consumidor, em especial o professor”, e as críticas ao PNLD, que recaem “no formato de avaliação que merece ser aperfeiçoado e na dificuldade de se eliminar as interferências das grandes editoras no

processo de produção e na escolha das obras pelos professores” (BITTENCOURT, 2011, pp. 504-505). Podemos citar o estudo de Décio Gatti Júnior, que, em entrevistas com editores de livros didáticos, aponta que, no período 1970 -- 1990, houve a passagem de uma produção de livros didáticos quase artesanal para industrial. Segundo Gatti Júnior, há muito em comum no perfil dos editores: a maioria era da área de Humanas, especialmente do campo das letras e da comunicação; todos tinham carreiras longas nas editoras em que trabalhavam; os autores eram considerados parceiros dos editores, no entanto, não podia fugir aos limites que o mercado consumidor e a política editorial estipulavam (GATTI JÚNIOR, 2005, pp. 375-376). Apesar do início do século XXI apresentar uma ampliação dos estudos do livro didático, não só na área de História, mas sobretudo em Educação, há ainda várias lacunas acerca dos didáticos. Uma delas, apontada por Flávia Caimi, é o livro didático regional. No levantamento de teses e dissertações realizados por Caimi entre 1998 e 2007, “nenhum estudo tratou do livro didático regional”, fato que é compatível, segundo a autora, “com a pouca produção de livro didático nesta modalidade” (CAIMI, 2013, p. 49).

No entanto, a autora questiona: O presente projeto pretende analisar a produção de livros didáticos e paradidáticos de história regional no Pará, focando nos livros de História da Amazônia destinados ao ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e ensino médio. Entendemos que os livros são produzidos por diversos profissionais, que também contribuem até a finalização do produto. Ou seja, o autor faz o texto (que sofre intervenções editoriais), mas o livro é o resultado do trabalho de vários agentes sociais. Robert Darnton, ao analisar os impressos que circularam na França no século XVIII, propõe um modelo para analisar como os livros surgem e se difundem entre a sociedade. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que “vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. (DARNTON, 1990, p. 112). Esse modelo é denominado por Darnton de “circuito de comunicação” dos livros. A ideia do “circuito de comunicação” foi fundamental para a análise dos livros (para)didáticos de História da Amazônia. Ao contrário de nos focarmos apenas no texto e nos autores dos livros, investigamos o processo de produção em si e quais personagens fazem

parte desse processo. Tomamos como recorte temporal as duas primeiras décadas do século XXI porque percebemos que nesse período há uma profusão de obras de História da Amazônia publicadas no Estado do Pará, visando a professores e alunos, de diversas editoras e gráficas: *Paka-Tatu*, *Cejup*, *Distribel*, *Editora Amazônia*, *Açaí*, *Estudos Amazônicos*, *Editora Vitória*, *Samauma*, *Cultural Brasil*. Os passos seguidos foram: investigar o processo de produção de livros didáticos e paradidáticos de História da Amazônia no Pará; verificar os agentes sociais que fazem parte da produção de livros (para)didáticos; verificar como se constitui a intervenção editorial até a publicação final do livro; verificar quais conteúdos referentes à História da Amazônia são priorizados pelas editoras e quais os critérios para sua escolha; verificar como as editoras paraenses divulgam os livros; verificar o modo como os livros chegam às escolas. Para a proposta de análise da produção de livros (para)didáticos de História da Amazônia, no início do século XXI, foi necessário desenvolver o trabalho em duas frentes: uma relacionada ao livro (para)didático e demais impressos a ele ligados, como os materiais de propaganda das editoras; e a outra relacionada aos

“bastidores” da produção, a partir de entrevistas com os agentes sociais envolvidos neste processo. A primeira metodologia utilizada diz respeito à análise da materialidade do livro (para)didático, os elementos externos e internos. Capa, verso da capa (segunda capa), terceira capa, quarta capa, lombada e orelha compreendem os elementos externos. Os internos são constituídos de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Os elementos internos são também conhecidos como miolo ou corpo. (MEDEIROS apud MUNAKATA, 1997, p. 86). A análise de outros impressos também foi importante para entendermos a produção das editoras paraenses: catálogos, cartões de divulgação, calendários. Tais fontes podem indicar pistas das propagandas das editoras e seus apelos junto ao público. Para investigar os “bastidores” da produção de livros (para)didáticos, realizamos entrevistas com os agentes sociais envolvidos. As entrevistas foram realizadas a partir do aporte teórico da chamada História Oral. Segundo Verena Alberti, a História Oral “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes”, que consiste “na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do

passado” (ALBERTI, 2005, p. 155). Sônia Maria de Freitas divide a História Oral em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida e história temática (FREITAS, 2002, p. 19). Trabalhamos com o gênero da “história temática”, cuja entrevista, para Freitas, “tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico”. A entrevista, que tem característica de depoimento, não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Acerca da ideia de “testemunho oral”, Danièle Voldman define este como um depoimento, solicitado por profissionais da história, “visando a prestar contas, a uma posteridade mediada pela técnica histórica, da ação da testemunha”. A “ação” refere-se a um sentido amplo, que engloba “o fato, o acontecimento, o sentimento e a opinião, o comentário e a lembrança do passado” (VOLDMAN, 2005, p. 256). Alessandro Portelli aponta que o que torna a história oral diferente é que ela “nos conta menos sobre eventos que sobre significados” As entrevistas “sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos” (PORTELLI, 1997, p. 31). Portelli destaca que a história oral “é contada de uma multiplicidade de pontos de vista”,

e que a confrontação de “diferentes parcialidades” é “uma das coisas que faz a história oral interessante” (PORTELLI, 1997, p. 39). Yara Khoury destaca que as fontes orais são únicas e significativas “por causa de seu enredo”, “do caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores para contá-la”. Cada narrador “dá uma interpretação da realidade e situa nela a si mesmo e aos outros” (KHOURY, 2001, p. 84). Etienne François afirma que a história oral “não somente suscita novos objetos e uma nova documentação”, como também estabelece “uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história”, o que pode contribuir para “reformular o eterno problema da pertinência social da história e também do lugar e do papel do historiador na cidade” (FRANÇOIS, 2005, pp. 9-10). As entrevistas realizadas, além de terem nos permitido conhecer os “bastidores” da produção de (para)didáticos, nos forneceram outras informações, como diferentes pontos de vista sobre a produção; os significados dados pelos agentes sociais aos seus ofícios; as relações entre eles; etc. Assumimos uma postura crítica perante os depoimentos, seguindo orientação de Paul Thompson, que diz: “fatos e eventos são relatados de um modo que

lhes atribui um significado social”, a informação oferecida pela evidência da entrevista sobre eventos recentes, ou situações em curso “situa-se em algum ponto entre o comportamento social concreto e as expectativas ou normas sociais da época” (THOMPSON, 1992, p. 149). A partir da análise feita, entende-se que o discurso regionalista das editoras paraenses influencia bastante na construção de um currículo voltado para a História da Amazônia. O discurso regionalista também é veiculado nos *sites* das editoras, que se apresentam com um perfil de estimular a publicação de obras de autores regionais, com temas regionais. A editora Paka-Tatu se apresenta como “focada em produzir livros de qualidade na região Norte do país”, tendo como perfil editorial “a proposta de estimular a produção de autores regionais e a publicação de títulos sobre a Amazônia, sem que isso se constitua em amarras”. A editora Estudos Amazônicos divulga que “busca ser um canal de promoção da cultura amazônica, editando obras literárias, históricas e culturais de alta qualidade artística e técnica para, assim, divulgar o conhecimento produzido na nossa região”. A editora aponta que “é responsável por garantir a visibilidade e o acesso do público a obras que auxiliam na formação de

uma consciência crítica sobre nosso lugar”. A editora Samauma, ao argumentar que o início do século XXI tem sido marcado pela “incerteza da vida existencial e pela efemeridade das realizações humanas, distanciando o homem cada vez mais de suas origens e tradições, o que tem gerado múltiplas ações em busca da identidade”, se apresenta como “um espaço real para o resgate e preservação da identidade do Homem Amazônico”. A editora destaca que o discurso regionalista das editoras paraenses passa por vários argumentos: a de estimular e oportunizar a publicação de autores regionais; promover a cultura amazônica, divulgando o conhecimento produzido na região; e contribuir na preservação da identidade amazônica. Entendemos que esses argumentos são utilizados com uma função primordial: a de ocupar um espaço no mercado editorial, visto por essas editoras como carente de publicações didáticas voltadas para a temática regional, no caso a amazônica. Não por acaso, esse discurso é reforçado nos próprios livros didáticos, com a fala dos próprios autores de que estão “preenchendo a lacuna da história regional”: No que se refere ao ensino de História, a ideia de “preencher a lacuna” se reporta basicamente à constatação de que os

livros didáticos de História utilizados nas escolas priorizam a história do sudeste do Brasil. Contudo, esse discurso regional deve ser problematizado, pois, ao invés de valorizar a história da Amazônia e do Pará, pode também reforçar uma inferioridade, como se a Amazônia não fosse parte de uma história do Brasil. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, as buscas por uma identidade regional são mais visíveis nos Estados ou nos espaços “que são vistos e ditos ou que se veem e se dizem como periféricos, tanto em relação ao processo histórico, quanto à produção historiográfica do país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008: 55). O discurso regionalista também deve ser visto de forma crítica porque se constrói a partir de um lugar social, com interesses diversos, produzido com seleções e exclusões do que deve ser considerado como “o regional”. Entendemos que o discurso regionalista também pretende ser hegemônico num dado contexto socioespacial, deixando de fora outros discursos que foram derrotados nas lutas de poder intelectual. Nos discursos das editoras paraenses, em relação ao regional, devemos ressaltar que se trata de discursos a partir de uma realidade de Belém, que estão longe de

representar a Amazônia como um todo. A pesquisa permitiu conhecermos os ‘bastidores’ do processo de produção do livro didático de História, que são importantes para termos indícios da cultura escolar do ensino de História da Amazônia, a história dita ‘regional’. Destacamos que as entrevistas se apresentaram como uma fonte para ampliarmos nossa compreensão acerca dos livros didáticos. Se tivéssemos nos restringido à análise somente de conteúdo, não teríamos conseguido explorar as múltiplas facetas do livro didático de História.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Livro Didático. Editoras.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. “Fontes orais - Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, já./jun. 2008.

BITTENCOURT, Circe. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. *Revista de História*. São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

CAIMI, Flávia Eloisa. “O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de História: estado do conhecimento, tendências e perspectivas”. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JÚNIOR, Arnaldo. (orgs.). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História**. Jundiaí-SP: Paco Editorial; Campinas-SP: Centro de Memória/ Unicamp, 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRANÇOIS, Etienne. “A fecundidade da história oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: USP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990). *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 365-377, set./dez. 2005.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*. São Paulo, n. 22, 2001, pp. 79-104.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica – PUC, 1997.

_____. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo, n. 14, pp. 25-39, fev., 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VOLDMAN, Danièle. “A invenção do depoimento oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.